

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2006

(Da Sra. LAURA CARNEIRO)

Altera o art. 186 do Regimento Interno, dispondo sobre o uso do processo nominal de votação nas situações que menciona.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º O art. 186 do Regimento Interno passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 186. (...)

.....

II – a requerimento de qualquer Deputado, independentemente de deliberação do Plenário, para a votação de proposições que envolvam matéria referente a impostos, previdência, salário e servidores públicos;

III – por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Deputado, para a votação de proposições em geral;

IV – quando houver pedido de verificação de votação, respeitado o que prescreve o § 4º do artigo anterior;

IV – nos demais casos expressos neste Regimento.

.....(NR)”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Por meio da apresentação do presente projeto de resolução, estamos propondo tornar obrigatório, quando requerido por qualquer Deputado, o uso do processo nominal para a votação de determinadas matérias no Plenário.

Sabemos que a votação pelo processo simbólico é um procedimento legítimo de apuração da vontade de órgãos colegiados numerosos, sendo empregado, em grande parte dos Parlamentos, como instrumento de agilização das deliberações. Na Câmara, é adotado como regra geral para a votação da maioria das proposições, só podendo ser substituído pelo processo nominal quando houver requerimento de verificação de votação (limitado a um por hora), ou quando houver deliberação nesse sentido por parte do Plenário, deliberação essa, entretanto, tomada também pelo processo simbólico, o que raramente resulta na concessão do pedido respectivo.

Muito embora reconheçamos a utilidade do mecanismo vigente em relação às proposições em geral, parece-nos que, no tocante a algumas matérias de maior relevância política e social, como impostos, salários e previdência, por exemplo, o processo de votação nominal revela-se imprescindível instrumento de controle da atuação parlamentar por parte do eleitor, permitindo-lhe conhecer a exata posição tomada por seu representante na deliberação. Justamente por isso, o uso do processo nominal nesses casos deve ser menos dificultoso, garantindo-se a qualquer Deputado o direito de solicitá-lo mesmo antes de passado o prazo de uma hora desde a última votação nominal ocorrida e podendo ser concedido independentemente da aquiescência do Plenário.

A medida, a nosso ver, contribui para dar maior transparência a votações sobre temas relevantes e acaba por valorizar o voto

parlamentar, dando-lhe o relevo devido e permitindo seu acompanhamento pela respectiva base eleitoral.

Essas as razões por que consideramos importante a aprovação do presente projeto e contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para sua aprovação na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Deputada **LAURA CARNEIRO**
PFL/RJ